



FORMAÇÃO E ANDAMENTO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RDS MAMIRAUÁ

Isabel Soares de Sousa

Em dezembro 2005 foi formado o Conselho Gestor da RDS Mamirauá que tem caráter deliberativo. Esta instância máxima de tomada de decisão deve fortalecer a gestão participativa da RDS Mamirauá que já vem sendo feita desde sua criação, em 1990, através dos Encontros Setoriais e das Assembléias Gerais de Moradores e Usuários da Reserva e, atende à legislação prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.



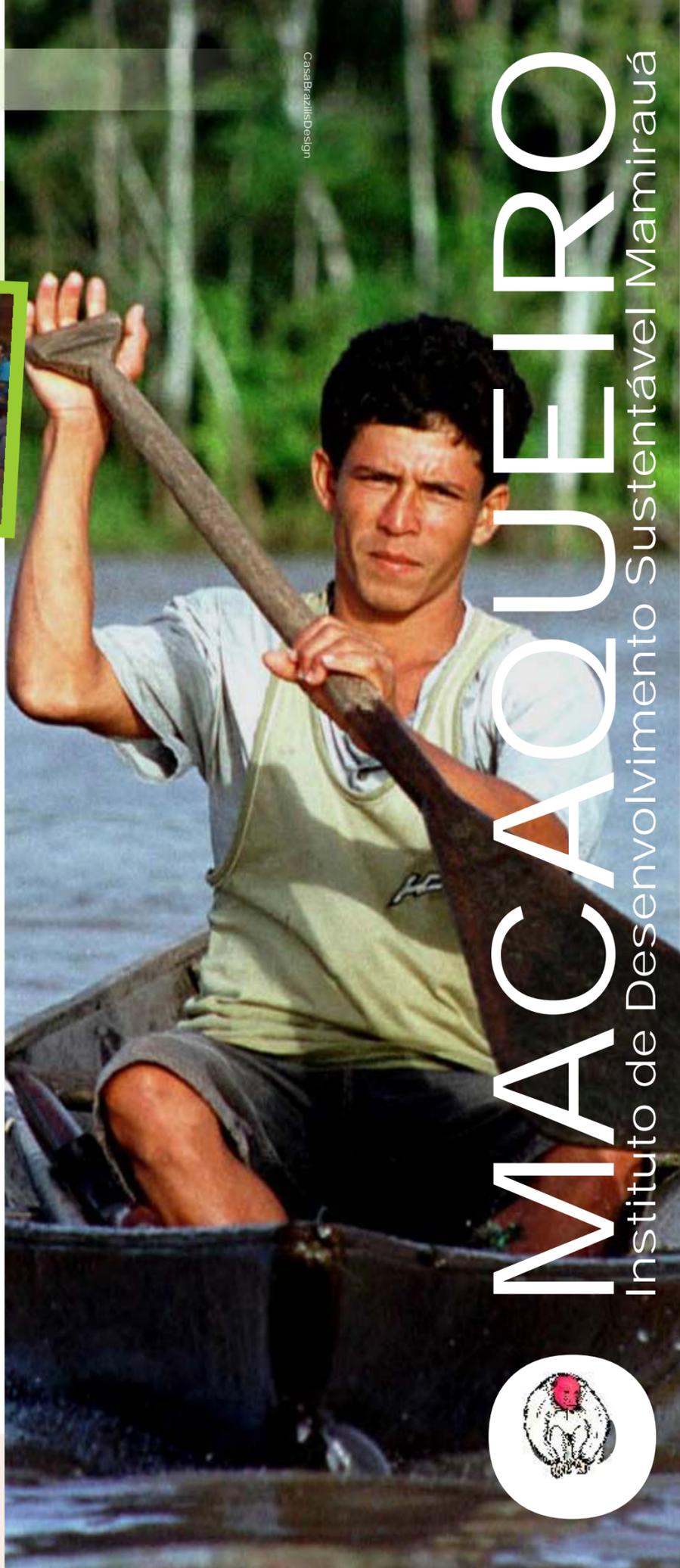
A Lei do SNUC nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e o seu Decreto de Regulamentação, nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, estabelecem que a gestão das Unidades de Conservação de uso direto deve ser feita através de um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão gestor da Unidade. No caso da RDS Mamirauá, por se tratar de Unidade de Conservação estadual, o presidente do conselho é um representante do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM.

O processo de formação do conselho começou em 2004, através de capacitação de lideranças e representantes de instituições locais, graças ao financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. Os setores políticos da reserva indicaram seus representantes, que passaram a receber uma capacitação intensiva, através de oficinas de relações sociais de gêneros e capacitação de conselheiros. Durante o I Curso de Conselheiros, em janeiro de 2005, as lideranças comunitárias indicaram as instituições que deveriam ser representadas e essa indicação foi levada para apreciação da XII Assembléia Geral da Reserva, em 2005. Em maio de 2005, foi realizado o II Curso de Conselheiros que contou com a participação da maioria dos representantes das instituições referendadas pela Assembléia Geral.

Após as várias negociações, o Conselho Deliberativo da RDS Mamirauá ficou composto pelo IPAAM - presidente e 24 membros, sendo 12 representantes da RDS Mamirauá e 13 representantes institucionais – IBAMA-Tefé, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, Prelazia de Tefé, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Colônia de Pescadores de Maraã, União das Nações Indígenas – UNI-Tefé, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Fonte Boa, Prefeitura Municipal de Alvarães, Prefeitura Municipal de Uarini, Prefeitura Municipal de Maraã, 16ª Brigada de Infantaria e Selva e Prefeitura Municipal de Tefé.

As lideranças da RDS Mamirauá indicaram cada uma dessas instituições contando com suas contribuições para o processo de gestão da reserva. Todos estão ansiosos para ver o conselho funcionando e resolvendo os problemas que fogem à competência das comunidades e da Sociedade Civil Mamirauá, que é a co-gestora dessa Unidade de Conservação.

Ao longo do ano de 2006 foram realizadas três reuniões, caracterizadas por muitas discussões, mas pouco encaminhamento sobre os principais problemas, tais como: falta de regularização fundiária e invasões na reserva. Outro fator que marcou esse início de funcionamento do conselho foi a grande rotatividade dos conselheiros e a falta de interesse de algumas Prefeituras em ocupar as cadeiras que lhe foram destinadas. Até dezembro de 2006 o Conselho ainda não tinha sido oficializado pelo IPAAM, a quem compete a emissão do decreto de sua criação.



CasaBrasilisDesign

MAMIRAUÁ

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá



PROGRAMA AGENTE AMBIENTAL MIRIM

Sandro Augusto Regatiere

Um projeto do presente com olhares de futuro

Criado há mais de cinco anos, o Programa Agente Ambiental Mirim desenvolve atividades em comunidades das Reservas Mamirauá e Amaná. Já contribuiu com a orientação a mais de cem crianças, adolescentes e jovens fortalecendo a sua atuação como futuros líderes de suas comunidades. Em 2006 tiveram formação sistemática, 82 mirins da Reserva Mamirauá e 41 da Reserva Amaná para atuarem como multiplicadores das ações de educação ambiental em casa e na escola.

Os critérios de escolha dos agentes mirins são construídos com o envolvimento da comunidade e o extensionista do IDSM. Perseverança, amor à natureza, responsabilidade, companheirismo são alguns dos critérios predominantes.

As atividades consistem de oficinas e encontros periódicos nas comunidades onde são discutidas

noções de educação ambiental, ecologia, saúde e meio ambiente, tratamento de resíduos sólidos nas comunidades, liderança, metodologia de participação, noções básicas de legislação ambiental e práticas de conservação ambiental. Os participantes são orientados a fazerem seus planos de trabalho com objetivos e metas a serem cumpridos. As atividades consistem de organização de mutirões de limpeza, palestras nas escolas e centros comunitários, entre outras.

Nas atividades do dia-a-dia os agentes mirins levam à sua comunidade conhecimentos importantes para a conservação ambiental e cuidados com sua saúde e formação. O próximo passo é criar a rede de educadores ambientais. Os agentes ambientais mirins juntamente com professores e demais profissionais e comunitários, envolvidos na causa da conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida.

PROGRAMA AGENTE AMBIENTAL MIRIM

Isabel Soares de Sousa, Juliana Plácido Guimarães e Rita de Cássia Domingues Lopes

Em dezembro de 2006 a equipe de Gestão Comunitária, juntamente com o Programa de Manejo Florestal Comunitário e o Projeto Peixe-boi, realizou uma viagem para o Setor Guedes da RDS Mamirauá, região de Fonte Boa, com objetivos de retornar o mapeamento das áreas de uso de recursos naturais feito pelas comunidades desse setor; definir áreas de uso tradicional por comunidade para implementação do manejo florestal; fazer o georeferenciamento dos principais lagos de referência do setor e dos locais de maior ocorrência de peixes-boi.

Os mapas produzidos por 12 comunidades, em 2005, nos mostraram três grandes áreas sobrepostas de uso comum dessas comunidades, a saber: áreas que contornam o cano do Panauzinho e os Lagos Tururiá, Roberto e Boto, usadas pelas Comunidades São Raimundo do Batalha, Batalha de Baixo e Tururiá; as áreas que contornam o Lago Carapanatuba e o Paraná dos Alfaias, usadas pelas Comunidades Martião, Bom Jesus, Santa Fé e Vila Alfaia; e as áreas ao longo do cano do Lago Guedes, cano do Tendal e Lago Tendal, Ressaca dos Piraninhas e a Ressaca dos Piranhas, usadas pelas Comunidades Boa Sorte/Deus é Pai, Boiador, São Francisco dos Piranhas, Tacanal e Acari. Por esse motivo se fez necessário realizar reuniões com esses três grupos de comunidades, a fim de delimitar as áreas de cada comunidade.

Os resultados foram parcialmente satisfatórios, visto que apenas o último grupo de comunidades

conseguiu definir os limites de suas áreas; o segundo grupo definiu os limites parcialmente e, no primeiro grupo não houve acordo entre duas comunidades, por conta dos lagos de uso comum que estão dentro da área.

O uso comum de lagos pela maioria das comunidades, de uma certa forma, dificultou o processo de negociações, visto que muitas comunidades aproveitaram a oportunidade para requerer lagos para seu uso exclusivo, mesmo com as explicações da equipe, informando que o objetivo era definir áreas de terra de cada comunidade com a finalidade de implementação das atividades de manejo florestal comunitário, pois o manejo de pesca já vem sendo assessorado pelo IDS Fonte Boa e as comunidades já mapearam e definiram o uso dos mesmos.

Fazendo-se uma avaliação geral, a viagem foi positiva, visto que todos os grupos de comunidades tiveram a iniciativa e demonstraram interesse em resolver os entraves ocorridos durante as negociações, propondo reuniões internas para se chegar a um acordo sobre os limites das áreas e também para decidirem se querem iniciar as atividades de manejo florestal comunitário.

Para a equipe do Instituto Mamirauá, esta e outras viagens realizadas durante os anos de 2005 e 2006 significaram um grande passo para a expansão das atividades feitas com as comunidades da área focal da RDS Mamirauá, pois além do retorno do mapeamento participativo, outras ações foram realizadas nessa região da reserva, tais como: orientações sobre associativismo, princípios de manejo florestal e manejo de pesca, oficina de formação de lideranças e curso de formação de agentes ambientais voluntários.



Ministério da
Ciência e Tecnologia



O MACAQUEIRO EDITORIAL

Esta é uma publicação trimestral do Instituto Mamirauá.
Jornalista Responsável:
Fernando Segtowitz - DRT 1216548
Equipe responsável:
Edila Moura, Ana Claudeise Nascimento,
Thiago Figueiredo e Marco Lopes
Projeto gráfico:
Casa Brazilis Design
Edição eletrônica:
Casa Brazilis Design
Revisão final:
Edila Moura
Impressão:
Gráfica Sta. Marta
Tiragem:
2.000 exemplares
E-mail:
omacaqueiro@mamiraua.org.br
Home page:
www.mamiraua.org.br

POPULAÇÃO DA RESERVA MAMIRAUÁ

Edila Moura e Ana Claudeise Nascimento

O censo demográfico realizado nas localidades da área focal da Reserva Mamirauá, em fevereiro de 2006, registrou os moradores e usuários da reserva de acordo com as seguintes categorias:

LOCALIZAÇÃO	Nº DE LOCALIDADES	POPULAÇÃO
Dentro da Reserva	35	1.906
Usuários da margem direita do Solimões	29	2.415
Usuários e moradores da Reserva Amanã	14	755
Total	78	5.076

Na área subsidiária, segundo levantamento populacional realizado em 2001, a população foi estimada em 4.244 moradores, contabilizando assim mais de 9.320 pessoas, sendo que 6.150 estão dentro dos limites da reserva.

Comparando os dados do censo de 1991 e de 2006, para a área focal, constatamos que em 2006, 12 localidades têm mais de 20 domicílios, quando em 1991 eram apenas 5. Essas comunidades são:

COMUNIDADES DENTRO DA RESERVA	DOMICÍLIOS EM 2006
Vila Alencar	25
Jarauá	34
Aiucá	26
Porto Braga	29
São João	23
Usuárias Solimões	
Caridade	20
Santa Domicia	24
Punã	83
Ingá	23
Canariá	41
Assunção	25
Juruamã	24



Em 1991, 55% tinham menos de 15 anos de idade e a faixa etária de 0-5 anos correspondia a 24% dos habitantes, as pessoas com mais de 60 anos representavam 3,3% do total da população. Em 2006 o percentual da população com menos de 15 anos de idade reduziu para 49,8%. A faixa etária de 0-5 anos reduziu para 19% do total da população, indicando uma redução na taxa de natalidade nesse período. A população com mais de 60 anos de idade elevou-se para 4,3%.

Houve uma redução de 13% do total dos moradores que não sabem ler no período de 2001 a 2006. E, se comparado com 1991, essa redução foi de 29%, um dado bem relevante. Os dados mostram que em 2006, 73% da população pesquisada - que correspondeu a 59% da população total de moradores - sabia ler bem ou lia com dificuldade e 27% da população maior de 10 anos não sabia ler, o que ainda é um indicador de baixa escolarização. Em cinco comunidades de dentro da reserva estavam implantados pólos de Educação pra Jovens e Adultos: EJA

Os dados do censo registraram também indicadores de melhoria da renda para o total da população. Do total de 312 domicílios, 83% tinham rabetas, de 5,5 hp e 46% dos domicílios têm televisores de 20 polegadas.

Essas alterações demográficas indicam uma redução nas taxas de mortalidade infantil, redução nas taxas de natalidade, melhoria da escolaridade e uma tendência à permanência dos grupos domésticos nas suas localidades rurais, provavelmente em resultado aos investimentos dos programas de manejo, como também das políticas sociais de distribuição de renda.

AGENTE AMBIENTAL VOLUNTÁRIO DEVOLVE FILHOTE DE PEIXE-BOI AO AMBIENTE NATURAL

Miriam Marmontel

No dia 31/07/06 o Agente Ambiental Voluntário do setor Aranapu-Barroso da Reserva Mamirauá, Eliésio Silva de Oliveira, atuou de forma exemplar no exercício de sua função. Eliésio soube de um filhote de peixe-boi que havia caído em malhadeira em um lago da região e, observando que o animal não se encontrava ferido e que pouco tempo havia se passado desde a captura, transportou o animal de volta ao seu local de origem. Passadas cerca de duas horas da soltura do filhote, foi constatado que ele reencontrou-se com a mãe.

Infelizmente, outros dois filhotes resgatados no mês de junho em comunidades do rio Solimões não tiveram a mesma sorte. Beatriz Callera e Danielle Lima, membros do Grupo de Pesquisas em Mamíferos Aquáticos Amazônicos do IDSMA (GP-MAA) e o analista Álvaro do IBAMA dirigiram-se aos respectivos locais, mas quando chegaram um dos filhotes havia morrido e o outro havia sido abatido. Na ocasião, Álvaro forneceu esclarecimentos sobre a legislação, Beatriz e Danielle conversaram com os comunitários sobre o que aconteceu e deram uma palestra informativa sobre a biologia da espécie e sobre os trabalhos do grupo.

Um filhote de peixe-boi necessita permanecer com a mãe, alimentando-se do leite materno e aprendendo com ela sobre o ambiente, pelo mínimo de 1 ano, às vezes até 2 anos. Tratando-se de uma espécie ameaçada de extinção, e por vivermos dentro de uma unidade de conservação, é importante que os comunitários cooperem com a sobrevivência do



peixe-boi. Embora um peixe-boi adulto geralmente consiga desvencilhar-se de uma rede de emalhe, um filhote não dispõe de força suficiente para escapar.

O GP-MAA orienta que o filhote de peixes-boi que caia em rede de emalhe seja imediatamente devolvido à água, para que se reencontre com sua mãe, que estará nas proximidades. No caso de animais resgatados, feridos ou debilitados, solicita-se que informem o GP-MAA para que providências sejam tomadas no sentido de recuperar o animal.



NOTÍCIAS DA CAÇA DE PEIXES-BOI E BOTOS NA REGIÃO DO GUEDES, ARANAPU E PANAUÁ

Juliana Plácido Guimarães e Isabel Soares de Sousa

Em dezembro de 2006, a equipe do projeto peixe-boi participou da viagem para o Setor Guedes, RDS Mamirauá, juntamente com a equipe de gestão comunitária, com o objetivo de coletar informações sobre os mamíferos aquáticos, em especial sobre caça e principais locais de ocorrência de peixes-boi (*Trichechus inunguis*).

A viagem se estendeu no percurso que vai da Comunidade São Raimundo do Batalha, próximo à Ilha Bela Vista, no Médio Rio Solimões, na região dos Pararáns do Aranapu e do Panauá até o Lago Guedes, sendo visitadas um total de 19 comunidades. Em todas as comunidades foram realizadas conversas informais sobre caça de peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*) e de botos (*Inia geoffrensis*), porém, foi possível observar que os comunitários, principalmente os pescadores, ainda mantêm uma grande resistência quanto ao assunto por saberem da proibição da caça desses animais. Por este motivo não querem falar ou muitas vezes omitem sobre a ocorrência de caça na região.

Mesmo com resistência para darem informações, foi possível coletar dados sobre os principais ambientes e comedias de peixes-boi amazônicos (*Trichechus inunguis*) e materiais biológicos de cinco animais, sendo que três animais foram caçados e dois animais vieram a óbito após ficarem emalhadados em redes de pesca. Os principais locais de ocorrência de peixes-boi identificados pelos comunitários foram: Lago Guedes, Paraná do Panauá, Cano do Guedes, Paraná dos Palhetas, Rio Solimões, Lago Urucuri, Lago Cerrado,

Lago Polícia, Cano da Salvação e Lago Buiçu.

Quanto à caça de botos (*Inia geoffrensis*) que são utilizados como isca para a pesca de piracatinga (*Calophysus macropterus*), houve uma controvérsia entre os pescadores, visto que alguns informaram que não a praticam mais, enquanto que outros afirmaram que continuam pescando, porém utilizam mais jacarés do que botos (*Inia geoffrensis*), devido à captura do primeiro ser mais fácil.

Ao longo do percurso da viagem foi observado que mais de 50% das comunidades possuem caixas apropriadas para a pesca de piracatinga (*Calophysus macropterus*), o que demonstra a importância e a necessidade de um trabalho de educação ambiental com ênfase para as duas espécies capturadas para esse fim e, principalmente, para a caça de peixe-boi (*Trichechus inunguis*) que está na categoria de vulneráveis na lista de animais em extinção.